

Guia Prático de Apoio à Decisão e à Mobilização de Respostas no Âmbito do Centro de Apoio à Aprendizagem (CAA)

Instrumento técnico-operacional para as Equipas Multidisciplinares de Apoio à Educação Inclusiva (EMAEI), centrado na fundamentação, articulação e organização de respostas educativas diferenciadas e inclusivas

Resumo

Este **Guia Prático de apoio à decisão e à mobilização de respostas no âmbito do Centro de Apoio à Aprendizagem (CAA)** foi concebido como uma ferramenta técnica, clara e operacional, dirigida às Equipas Multidisciplinares de Apoio à Educação Inclusiva (EMAEI), para apoiar decisões fundamentadas sobre a mobilização de respostas educativas planeadas no âmbito do CAA, conforme previsto no Decreto-Lei n.º 54/2018, de 6 de julho.

Integra critérios de análise, listas de verificação organizadas por blocos, propostas de indicadores, exemplos práticos de intervenção e estruturas orientadoras para reuniões das EMAEI, promovendo uma atuação mais equitativa, eficaz e coerente no processo de decisão sobre o apoio através do CAA.

Inclui ainda uma secção dedicada a indicadores de alerta, que apoia a análise inicial de situações sinalizadas, reforçando o papel preventivo e colaborativo da EMAEI.

O documento inclui seis anexos de apoio à prática, concebidos como instrumentos técnicos para apoiar diretamente a ação educativa das EMAEI:

- **Anexo I** – Lista de verificação para análise da necessidade de apoio fundamentado e articulado no âmbito do CAA
- **Anexo II** – Lista técnica de apoio à decisão educativa sobre o CAA
- **Anexo III** – Estrutura orientadora da reunião da EMAEI sobre a mobilização de respostas no âmbito do CAA
- **Anexo IV** – Indicadores de alerta para análise preliminar de situações em contexto escolar
- **Anexo V** – Possibilidades de intervenção no CAA: Exemplos práticos
- **Anexo VI** – Lista técnica para a decisão e viabilidade da intervenção no CAA

Este guia reflete uma abordagem prática, colaborativa e profissional, construída a partir da realidade dos agrupamentos/escolas e comprometida com a construção de uma Educação Inclusiva verdadeiramente humanizada, justa e transformadora.

Índice

Resumo.....	2
Nota terminológica.....	4
1. Quadro de referência para a tomada de decisão no âmbito do CAA.....	6
2. Orientações para a redação do Relatório Técnico-Pedagógico (RTP).....	11
3. Articulação entre o CAA e a sala de aula.....	12
4. Princípios éticos e de equidade no encaminhamento.....	13
5. Monitorização e avaliação da resposta no CAA.....	14
6. Nota Final – Fundamentos, autoria e compromisso ético.....	28
ANEXOS:	
Anexo I – Lista de verificação para análise da necessidade de apoio fundamentado e articulado no âmbito do CAA.....	8
Anexo II – Lista técnica de apoio à decisão educativa sobre o CAA.....	15
Anexo III – Estrutura orientadora da reunião da EMAEI sobre a mobilização de respostas no âmbito do CAA.....	18
Anexo IV – Indicadores de alerta para análise preliminar de situações em contexto escolar.....	19
Anexo V – Possibilidades de intervenção no CAA: Exemplos práticos.....	21
Anexo VI – Lista técnica para a decisão e viabilidade da intervenção no CAA.....	26

Nota Terminológica

Este guia adota uma terminologia alinhada com o paradigma da Educação Inclusiva, consagrado no Decreto-Lei n.º 54/2018, de 6 de julho. As expressões utilizadas foram cuidadosamente selecionadas para assegurar o rigor técnico, a coerência concetual e o respeito pelos princípios éticos e pedagógicos que orientam a atuação das Equipas Multidisciplinares de Apoio à Educação Inclusiva (EMAEI).

Alguns termos-chave são aqui explicitados, com o objetivo de garantir uma leitura comum e uma utilização profissionalmente fundamentada do documento:

- **Centro de Apoio à Aprendizagem (CAA):** estrutura pedagógica integrada, flexível e colaborativa, destinada a mobilizar recursos e estratégias de apoio à aprendizagem e à inclusão de todos os alunos. Não deve ser entendido como um espaço físico isolado ou como resposta residual, mas sim como uma dimensão articulada da ação educativa.
- **Mobilização de respostas no âmbito do CAA:** proposta educativa planeada e proporcional às necessidades do aluno, com base em evidências e fundamentação técnica. Substitui intencionalmente expressões como “encaminhamento” ou “colocação”, promovendo uma lógica de apoio continuado e integrado.
- **Perfil funcional do aluno:** caracterização abrangente e dinâmica das competências, potencialidades, dificuldades e contextos de participação do aluno, em detrimento de abordagens categorizadoras ou centradas no défice.
- **Necessidades de resposta diferenciada:** expressão adotada para designar situações que exigem intervenção ajustada, sem recorrer a terminologia centrada no diagnóstico clínico. Evita a expressão “necessidades educativas especiais”, por estar associada a um modelo categorizador e desajustado do atual quadro da Educação Inclusiva, que defende uma resposta centrada na diversidade de todos os alunos, sem recurso a rótulos nem classificações clínicas.

- **Medidas universais, seletivas e adicionais:** tipologia de medidas de suporte à aprendizagem e à inclusão definidas no artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 54/2018. A sua mobilização deve seguir uma lógica de proporcionalidade, complementaridade e articulação.

Esta Nota Terminológica visa, assim, promover a consistência interna do Guia, apoiar a sua leitura técnica e reforçar o compromisso com uma Educação Inclusiva centrada na dignidade, participação e desenvolvimento de todos os alunos.

1. Quadro de referência para a tomada de decisão no âmbito do CAA

1.1. Enquadramento e finalidade

O Centro de Apoio à Aprendizagem (CAA) é uma estrutura fundamental no âmbito da Educação Inclusiva, consagrada pelo Decreto-Lei n.º 54/2018, de 6 de julho, cuja missão é garantir a todos os alunos uma resposta educativa ajustada, diversificada e promotora de inclusão.

O CAA não corresponde a um espaço físico único ou isolado, nem a uma fase tardia do percurso educativo do aluno. Representa uma estrutura integrada e flexível de mobilização de recursos e estratégias ao serviço de todos os alunos, independentemente da natureza e do nível das medidas de suporte à aprendizagem e à inclusão a mobilizar ou já mobilizadas para o aluno. As propostas de apoio no âmbito do CAA devem ser entendidas como uma resposta educativa articulada e não como uma transição para espaços separados do contexto educativo comum.

1.2. Condições prévias à proposta fundamentada de apoio no âmbito do CAA

Antes da proposta fundamentada de apoio no âmbito do CAA, é imperativo que se tenham verificado determinadas condições essenciais que sustentem essa decisão.

1.3. Critérios para o reforço e/ou implementação de novas respostas no âmbito do CAA

O reforço e/ou a implementação de novas respostas no âmbito do CAA deve ocorrer quando se reconhece que as estratégias educativas previamente implementadas, ainda que tenham sido desenvolvidas de forma articulada e ajustada, segundo os princípios orientadores do CAA, se revelam insuficientes face ao perfil funcional e às necessidades do aluno — exigindo um plano de intervenção mais articulado, coordenado e intensivo.

1.4. Avaliação da viabilidade e adequação das respostas no âmbito do CAA

A decisão de reforçar e/ou implementar novas respostas no âmbito do CAA deve basear-se não apenas nas evidências reunidas, mas também numa avaliação rigorosa da capacidade do agrupamento/escola para articular, mobilizar e monitorizar essas respostas.

1.5. Princípios orientadores da decisão

A decisão de reforçar e/ou implementar novas respostas no âmbito do CAA deve estar sempre sustentada nos seguintes princípios:

- Resposta inteiramente centrada nas necessidades do aluno;
- Fundamentação pedagógica clara, sustentada em evidências;
- Acompanhamento sistemático e avaliação contínua da(s) resposta(s) mobilizada(s).

A tomada de decisão deve ser realizada de forma colaborativa, envolvendo a EMAEI e, sempre que adequado, outros docentes e técnicos diretamente envolvidos, bem como os encarregados de educação.

1.6. Considerações finais para a tomada de decisão

A mobilização de respostas no âmbito do CAA não deve ser encarada como um fim, mas como um meio educativo temporário, articulado e ajustado, que visa reforçar o percurso de aprendizagem e inclusão do aluno. Estas respostas devem ser continuamente avaliadas e articuladas com as restantes medidas em vigor, de forma a garantir a sua pertinência, proporcionalidade e impacto positivo no desenvolvimento do aluno.

Anexo I – Lista de verificação para análise da necessidade de apoio fundamentado e articulado no âmbito do CAA

A presente lista de verificação complementa o Guia Prático, oferecendo uma estrutura operacional para apoiar a tomada de decisão pela EMAEI. A sua aplicação deve ocorrer em contexto de reunião, sendo preenchida com base em evidências concretas e observáveis.

BLOCO I – CONDIÇÕES PRÉVIAS À MOBILIZAÇÃO DAS RESPOSTAS NO ÂMBITO DO CAA

Este bloco reúne os elementos essenciais que devem estar verificados antes de ser considerada a mobilização de respostas no âmbito do CAA. Refere-se a condições prévias que asseguram que a proposta a apresentar assenta numa intervenção progressiva, colaborativa e já iniciada no contexto educativo do aluno.

- Foi aplicado um conjunto consistente de medidas universais, devidamente registadas e monitorizadas?
- Foram implementadas medidas seletivas com registos de monitorização e avaliação?
- O agrupamento/escola mobilizou os recursos humanos e materiais disponíveis no contexto do grupo/turma e do educador titular/professor titular/docente da disciplina?
- Houve articulação formal com a família e/ou encarregados de educação, promovendo a corresponsabilização no processo educativo?
- A EMAEI procedeu à análise funcional das dificuldades do aluno, recorrendo a informação interdisciplinar, registos acumulados e observação direta?

BLOCO II – CRITÉRIOS PARA A MOBILIZAÇÃO DAS RESPOSTAS NO ÂMBITO DO CAA

A EMAEI poderá considerar a mobilização de respostas educativas no âmbito do CAA quando estiverem presentes, de forma fundamentada, pelo menos dois dos critérios descritos neste bloco. Estes critérios devem ser sustentados por evidências concretas, atuais e observáveis, refletindo a necessidade de respostas adicionais, articulado e ajustado ao perfil funcional do aluno.

1. Necessidades de suporte à aprendizagem e inclusão

Alunos com dificuldades significativas e continuadas no desenvolvimento de competências escolares, sociais ou emocionais, que não foram superadas com a aplicação adequada de medidas universais ou seletivas.

2. Plano Individual de Transição (PIT)

Alunos com necessidades de resposta diferenciada em processos de transição, como a passagem para o mercado de trabalho ou para novas etapas formativas, que requeiram respostas educativas sistemáticas e articuladas.

3. Necessidades educativas diferenciadas

Alunos com características identificadas (com ou sem relatório técnico-pedagógico) que exigem respostas diferenciadas no contexto educativo, com apoio técnico articulado e sistemático.

4. Inclusão intercultural

Alunos que enfrentam barreiras linguísticas ou culturais significativas, que dificultam a sua integração escolar e social, necessitando de apoio individualizado.

5. Acompanhamento contínuo com tecnologia de suporte à aprendizagem e inclusão

Alunos cujas dificuldades podem ser superadas ou atenuadas com o uso de recursos tecnológicos específicos, necessitando de tempo dedicado no CAA para treino, aplicação e monitorização dessas ferramentas.

6. Apoio à saúde mental escolar

Alunos com dificuldades emocionais ou comportamentais que exijam estratégias específicas de regulação, bem-estar e integração, com apoio diferenciado e em articulação com o Serviço de Psicologia e Orientação (SPO) e a equipa docente.

7. Desenvolvimento por talento

Alunos com elevadas capacidades ou sobredotação que beneficiem de um plano de aprofundamento de competências, desenvolvimento de projetos ou oportunidades diferenciadas, complementares ao trabalho na sua turma.

BLOCO III – VIABILIDADE E ADEQUAÇÃO DAS RESPOSTAS NO CAA

Este bloco visa garantir que, para além dos critérios técnico-educativos definidos anteriormente, estão reunidas as condições necessárias para mobilizar, no âmbito do CAA, respostas ajustadas ao perfil do aluno e exequíveis no contexto do agrupamento/escola. Todos os critérios deste bloco devem ser analisados e validados pela EMAEI, de forma colaborativa e sustentada.

- O CAA dispõe dos recursos humanos, físicos e materiais adequados para responder eficazmente ao perfil do aluno.
- Foi delineado um plano de intervenção específico, com objetivos claros, calendarização e responsáveis definidos.
- A resposta no CAA será complementar e articulada com as restantes medidas em curso (curriculares, pedagógicas e psicossociais).
- Foi estabelecido um sistema de monitorização regular e partilhada dos progressos, com possibilidade de revisão da decisão.

Nota Final:

Esta lista de verificação deve ser preenchida e discutida em reunião da EMAEI, integrando-se num processo reflexivo, colaborativo e tecnicamente fundamentado de tomada de decisão.

Não substitui o parecer técnico-pedagógico, mas reforça a clareza, a proporcionalidade e a fundamentação das decisões relativas à mobilização de apoios no âmbito do CAA.

2. Orientações para a redação do Relatório Técnico-Pedagógico (RTP)

A mobilização de respostas no âmbito do Centro de Apoio à Aprendizagem (CAA) pode ser proposta por qualquer docente ou técnico diretamente envolvido no processo educativo do aluno. A decisão deve resultar de uma análise colaborativa e fundamentada, realizada em sede de reunião da EMAEI, sob proposta do Departamento Curricular da Educação Pré-Escolar, do Departamento Curricular do 1.º Ciclo ou do Conselho de Turma, consoante o nível de ensino.

Sempre que a situação o justifique, poderá ser necessária a formalização complementar da proposta de mobilização de respostas no âmbito do CAA, através da elaboração de um Relatório Técnico-Pedagógico (RTP), que deve ser claro, rigoroso e centrado no perfil funcional do aluno, evidenciando, de forma inequívoca, que:

- as dificuldades identificadas persistem apesar da mobilização de medidas universais e seletivas;
- existem barreiras significativas à aprendizagem e à inclusão, não ultrapassadas pelas respostas já aplicadas;
- foi promovido trabalho colaborativo e articulado entre os vários intervenientes educativos.

O RTP deve refletir uma recolha sistemática de dados relevantes, envolver os docentes e técnicos diretamente implicados no percurso do aluno e ainda, evidenciar a articulação entre os contextos educativo, familiar e social.

O seu conteúdo deve apoiar uma decisão proporcional, pedagógica e tecnicamente fundamentada sobre a mobilização de novas respostas no âmbito do CAA.

3. Articulação entre o CAA e a sala de aula

As respostas mobilizadas no âmbito do Centro de Apoio à Aprendizagem (CAA) devem estar sempre articuladas com o trabalho pedagógico desenvolvido no contexto do grupo/turma. O CAA não substitui a ação educativa que ocorre na sala de aula, mas complementa-a, através da diversificação de estratégias, da adequação de recursos e da intensificação de apoios diferenciados ao perfil do aluno.

É essencial garantir a continuidade e a coerência entre as atividades desenvolvidas no âmbito do CAA e o percurso educativo do aluno, assegurando a integração efetiva das aprendizagens e a consistência das intervenções.

Devem ser promovidas práticas como:

- coadjuvação e planificação conjunta entre docentes e técnicos especializados;
- articulação sistemática das equipas envolvidas na implementação das respostas educativas;
- partilha de objetivos, estratégias e instrumentos de monitorização.

Esta articulação regular e intencional contribui diretamente para a eficácia das respostas educativas, assegura a inclusão plena do aluno no seu grupo/turma e reforça o papel do CAA como estrutura colaborativa no quotidiano educativo e relacional do agrupamento/escola.

4. Princípios éticos e de equidade na mobilização de respostas no âmbito do CAA

A mobilização de respostas no âmbito do Centro de Apoio à Aprendizagem (CAA) deve respeitar os princípios éticos fundamentais, assegurando decisões justas, fundamentadas e centradas no interesse superior do aluno.

Cabe à EMAEI garantir que o CAA não seja interpretado ou utilizado como uma resposta paralela, compensatória ou segregadora, mas sim como uma dimensão articulada da ação educativa, promotora de inclusão, participação ativa e desenvolvimento global. As intervenções devem ser diferenciadas, proporcionais às necessidades identificadas e, sempre que educativa e logisticamente adequado, de natureza temporária, favorecendo a autonomia e o regresso ao grupo/turma.

As decisões devem basear-se em evidências recolhidas de forma sistemática, com análise rigorosa dos dados disponíveis, evitando enviesamentos inconscientes, visões redutoras ou critérios informais.

Importa assegurar uma distribuição equilibrada dos recursos e das estratégias educativas entre alunos, grupos/turma e ciclos de escolaridade, promovendo uma cultura educativa sustentada na justiça, na equidade e na responsabilidade coletiva.

5. Monitorização e avaliação da mobilização de respostas no âmbito do CAA

A mobilização de respostas no âmbito do Centro de Apoio à Aprendizagem (CAA) deve integrar, desde o início, mecanismos sistemáticos de monitorização e avaliação, garantindo que as intervenções se mantêm adequadas, eficazes e centradas nas necessidades reais do aluno.

É essencial a definição de objetivos educativos claros no momento da decisão, acompanhada de um plano de monitorização com registos consistentes, momentos de análise conjunta e reuniões periódicas da EMAEI.

Devem ser utilizados indicadores como:

- progresso nas aprendizagens;
- bem-estar emocional e relacional;
- participação em contextos escolares diversos;
- desenvolvimento de competências específicas;
- contributos dos profissionais, do aluno e da família.

Estes elementos devem alimentar processos contínuos de reavaliação e adaptação, assegurando que a resposta educativa mantém a sua pertinência, eficácia e coerência com o percurso de desenvolvimento do aluno.

Sempre que possível, é desejável a participação ativa do aluno e da família no processo de acompanhamento, favorecendo o compromisso partilhado e a corresponsabilização.

Anexo II – Lista técnica de apoio à decisão educativa no âmbito do CAA

Esta lista orientadora foi desenvolvida para apoiar as Equipas Multidisciplinares de Apoio à Educação Inclusiva (EMAEI) na análise técnica e educativa da necessidade de reforçar ou implementar novas respostas no âmbito do Centro de Apoio à Aprendizagem (CAA), em conformidade com o Decreto-Lei n.º 54/2018. A sua estrutura promove uma reflexão colaborativa, centrada no perfil funcional do aluno e sustentada em evidências concretas, contribuindo para decisões mais rigorosas, equitativas e alinhadas com os princípios da Educação Inclusiva.

BLOCO 1 – PERFIL DO ALUNO

Critério:

O aluno apresenta dificuldades persistentes de aprendizagem, emocionais, sociais ou de transição, que não foram superadas com a aplicação adequada de medidas universais ou seletivas.

Evidências recomendadas:

- Contributos técnicos relevantes (psicologia, SPO, terapeutas, docentes) que documentem a persistência das dificuldades;
- Registos de monitorização das medidas seletivas (Planos de Intervenção Precoce, registos da EMAEI, tutorias);
- Resultados escolares em estagnação ou regressão, acompanhados de descritores qualitativos.

Orientação para a reunião da EMAEI:

A equipa analisou o percurso do aluno e, com base nas evidências reunidas, confirmou que as dificuldades persistem apesar das respostas educativas já mobilizadas. As características do caso enquadram-se no perfil de alunos que poderão beneficiar da introdução ou reforço de respostas através do CAA.

BLOCO 2 – RESPOSTAS ANTERIORES

Critério:

Foram mobilizadas respostas educativas diferenciadas, em articulação com os docentes, sem que se tenham verificado progressos significativos.

Evidências recomendadas:

- Atas e planos de acompanhamento com registo dos ajustamentos aplicados;
- Observações em sala, grelhas de avaliação contínua, contributos dos profissionais envolvidos;
- Registos de coadjuvação, tutoria ou planos individuais que evidenciem a manutenção das barreiras.

Orientação para a reunião da EMAEI:

A equipa reconhece que, apesar do esforço coletivo e da implementação de respostas diferenciadas, os progressos permanecem limitados. A mobilização de respostas no âmbito do CAA poderá representar um reforço estratégico, com características mais estruturadas, ajustadas e acompanhadas de forma especializada.

BLOCO 3 – JUSTIFICAÇÃO E POTENCIAL DAS RESPOSTAS NO ÂMBITO DO CAA

Critério:

A mobilização de respostas no âmbito do CAA revela potencial para produzir impacto positivo, com objetivos definidos e metas realistas.

Evidências recomendadas:

- Proposta de objetivos específicos e metas de acompanhamento;
- Plano de articulação entre o CAA e os contextos de sala de aula;
- Existência de recursos humanos e materiais disponíveis e adequados.

Orientação para a reunião da EMAEI:

A EMAEI considera que a introdução ou intensificação de respostas educativas através do CAA poderá gerar progressos significativos, desde que sustentada num plano de ação claro, com estratégias ajustadas e impacto previsível na participação, aprendizagem e inclusão do aluno. A decisão é técnica e pedagogicamente fundamentada.

Anexo III – Estrutura orientadora da reunião da EMAEI sobre a mobilização de respostas no âmbito do CAA

A lista de pontos orientadores que se segue destina-se a apoiar a preparação, condução e registo das reuniões da EMAEI, em que se analisa a possibilidade de reforçar e/ou implementar respostas educativas no âmbito do CAA. A sua utilização contribui para decisões fundamentadas, colaborativas e articuladas com todos os profissionais envolvidos no processo educativo do aluno:

- Identificação do aluno e contextualização escolar;
- Histórico das medidas universais e seletivas aplicadas;
- Evidências recolhidas (escolares, sociais, emocionais e comportamentais);
- Contributos técnicos fundamentados (Serviço de Psicologia e Orientação, docentes, terapeutas, outros);
- Discussão colaborativa sobre o perfil funcional, a persistência das barreiras e os riscos de exclusão;
- Justificação técnico-educativa da necessidade de mobilizar novas respostas no âmbito do CAA;
- Proposta de intervenção com objetivos, duração, estratégias e articulação com a dinâmica do grupo/turma;
- Responsável pelo acompanhamento e avaliação das respostas mobilizadas;
- Decisão final da EMAEI e registo formal da deliberação (incluindo a assinatura dos elementos da equipa).

Anexo IV – Indicadores de alerta para análise preliminar de situações em contexto escolar

Este anexo apresenta um conjunto de indicadores organizados por áreas de desenvolvimento e aprendizagem, com o objetivo de apoiar os docentes e técnicos diretamente envolvidos na identificação precoce de situações que possam justificar uma análise técnica pela EMAEI e, quando educativa e logisticamente adequado, a eventual mobilização de respostas no âmbito do Centro de Apoio à Aprendizagem (CAA). Estes indicadores não têm caráter classificativo, mas sim orientador, favorecendo a observação sistemática e o acompanhamento técnico e educativo de cada situação.

Indicadores Cognitivos e Escolares:

- Dificuldades continuadas na leitura, escrita ou cálculo, não ultrapassadas com medidas universais ou seletivas;
- Estagnação do desempenho ao longo de vários períodos letivos, apesar de intervenções diferenciadas;
- Dificuldade persistente em acompanhar os ritmos essenciais de aprendizagem, mesmo com apoio adaptado.

Indicadores Comportamentais e Emocionais:

- Reações desproporcionadas à frustração, afastamento social frequente ou sinais visíveis de isolamento;
- Desmotivação significativa, absentismo seletivo ou recusa escolar continuada;
- Quebras abruptas no envolvimento ou no rendimento, associadas a eventos de vida emocionalmente marcantes.

Indicadores de Comunicação e Linguagem:

- Dificuldades na expressão ou compreensão verbal, evidentes e prolongadas no tempo;
- Barreiras linguísticas relevantes no caso de alunos recém-chegados ao sistema educativo português;

- Registos de estratégias anteriores que se revelaram insuficientes para colmatar as dificuldades comunicativas.

Indicadores Relacionais e de Participação:

- Relações conflituosas continuadas com colegas ou adultos;
- Exclusão ou retração sistemática em dinâmicas de grupo e colaboração;
- Sinais de rejeição, isolamento ou vitimização persistente no contexto do grupo/turma.

Anexo V – Possibilidades de intervenção no CAA: Exemplos práticos

Este anexo reúne exemplos práticos de intervenção educativa no âmbito do Centro de Apoio à Aprendizagem (CAA), construídos com base em critérios definidos, indicadores observáveis e práticas técnico-educativas validadas.

Os exemplos apresentados são aplicáveis e adaptáveis, não constituindo modelos rígidos ou prescritos, mas sim sugestões orientadoras, a ajustar em função do perfil de cada aluno e do contexto de cada agrupamento/escola.

Critério 1 – Necessidades de Suporte à Aprendizagem e Inclusão

Indicadores:

- Aumento de 15% na participação ativa em atividades na turma e em trabalho colaborativo no final de um semestre;
- Redução de 20% nos comportamentos que interferem com a aprendizagem e a convivência escolar, ao longo de um ano letivo;
- Melhoria de 10% na frequência escolar ao longo de dois trimestres consecutivos.

Exemplos práticos:

- Aluno com dificuldades na autorregulação emocional integra um programa de tutoria individualizada duas vezes por semana, focado na gestão emocional e nas competências sociais. Após três meses, observa-se uma redução significativa nos conflitos interpessoais.
- Aluna com dificuldades continuadas em competências matemáticas participa em sessões de reforço com recurso a software educativo interativo. Verifica-se melhoria consistente nas provas de cálculo.
- Aluno com dificuldades de comunicação participa num grupo semanal orientado por terapeuta da fala e psicólogo escolar. Apresenta maior iniciativa nas interações em sala de aula.

Critério 2 – Plano Individual de Transição (PIT)

Indicadores:

- 75% dos alunos abrangidos demonstram melhorias nas competências interpessoais e de empregabilidade após seis meses;
- 80% dos alunos finalizam estágios formativos com avaliação positiva;
- Aumento de 20% na inscrição em cursos pós-secundários ou de formação profissional.

Exemplos práticos:

- Aluno do 12.º ano participa em estágio curricular com empresas locais, acompanhado por técnico de orientação. Desenvolve competências de empregabilidade e inicia candidatura a curso técnico.
- Aluna com deficiência motora desenvolve um portefólio digital com apoio de assistente técnico e psicólogo. É aceite num curso profissional na área das artes visuais.
- Aluno do 9.º ano com PEA realiza atividades práticas em contexto de formação profissional e, com apoio familiar e técnico, integra curso técnico de culinária.

Critério 3 – Necessidades de Resposta Diferenciada

Indicadores:

- Redução de 20% nas barreiras de participação em atividades escolares regulares;
- 85% dos alunos demonstram maior confiança nas suas capacidades;
- Melhoria de 10% no desempenho nas áreas de maior dificuldade.

Exemplos práticos:

- Aluno com Perturbação de Hiperatividade e Défice de Atenção (PHDA) tem um plano com pausas estruturadas e uso de ferramentas visuais. Apresenta melhoria na concentração e cumprimento de tarefas.

- Aluna com deficiência visual utiliza materiais acessíveis e recebe formação em tecnologia de apoio, aumentando a sua autonomia nas tarefas escolares.
- Aluno com perturbação do espectro do autismo (PEA) participa em sessões de desenvolvimento de competências sociais. Passa a interagir mais proactivamente em trabalhos de grupo.

Critério 4 – Inclusão Intercultural

Indicadores:

- Aumento de 25% na participação de alunos imigrantes em atividades escolares e extracurriculares;
- 85% dos alunos com barreiras linguísticas realizam comunicações orais em português ao fim de seis meses;
- Aumento de 15% no envolvimento das famílias imigrantes nas dinâmicas do agrupamento/escola.

Exemplos práticos:

- Aluno recém-chegado participa em sessões diárias de apoio linguístico, com conteúdos articulados com as áreas curriculares.
- Grupo de alunos de diferentes contextos culturais participa semanalmente em atividades mediadas que promovem a interação e a valorização da diversidade.
- Mediador cultural facilita a comunicação entre o agrupamento/escola e famílias imigrantes, promovendo maior participação nas reuniões e decisões escolares.

Critério 5 – Acompanhamento Contínuo com Tecnologia de Apoio

Indicadores:

- 80% dos alunos abrangidos utilizam regularmente tecnologia de apoio em tarefas escolares;
- Aumento de 20% na autonomia na realização de atividades escolares com recurso a ferramentas digitais;

- Redução de 25% no tempo necessário para a execução de tarefas escolares.

Exemplos práticos:

- Aluno com paralisia cerebral utiliza teclado adaptado e software de reconhecimento de voz para realizar testes escritos.
- Aluna com dificuldades organizativas recorre a aplicação de gestão de tarefas sincronizada com o calendário escolar. Mostra maior autonomia na entrega dos trabalhos.
- Alunos com dificuldades de leitura utilizam plataforma multimodal com áudio, texto e imagem para leitura orientada, apresentando melhorias na fluência e compreensão leitora.

Critério 6 – Apoio à Saúde Mental Escolar

Indicadores:

- Aumento de 20% na frequência escolar de alunos com dificuldades emocionais;
- 75% dos alunos referem maior capacidade para gerir emoções;
- Redução de 30% nos conflitos interpessoais registados.

Exemplos práticos:

- Aluno do 10.º ano com ansiedade social participa em sessões de mindfulness conduzidas por psicólogo escolar. Demonstra maior confiança em apresentações.
- Aluna do 8.º ano integra programa de competências socioemocionais, melhorando a gestão de conflitos e o diálogo com colegas.
- Grupo de alunos com dificuldades emocionais participa num programa de mentoria entre pares, com impacto positivo no bem-estar e pertença escolar.

Critério 7 – Desenvolvimento por Talento

Indicadores:

- 75% dos alunos com talentos específicos integram atividades diferenciadas de aprofundamento;
- Aumento de 20% na produção de trabalhos autónomos e criativos;
- 90% dos alunos referem maior motivação e envolvimento nas atividades escolares.

Exemplos práticos:

- Aluno com talento em programação cria uma aplicação educativa com apoio de docente e mentor externo. Apresenta o projeto num evento escolar.
- Aluna com talento artístico frequenta workshops e participa numa exposição organizada pelo agrupamento/escola e parceiros culturais.
- Grupo de alunos com talento científico desenvolve projeto de sustentabilidade ambiental com impacto no agrupamento e reconhecimento externo.

Anexo VI – Lista técnica para a decisão e viabilidade da intervenção no CAA

Este anexo apresenta uma lista técnica de apoio à decisão da EMAEI, organizada em dois blocos complementares: análise da adequação das respostas no âmbito do CAA e verificação das condições de viabilidade para a sua mobilização.

A sua aplicação visa garantir decisões educativas proporcionais, baseadas em evidências e coerentes com o perfil funcional do aluno e com os recursos disponíveis no agrupamento/escola.

BLOCO II – CRITÉRIOS PARA A MOBILIZAÇÃO DAS RESPOSTAS NO ÂMBITO DO CAA

A EMAEI poderá considerar a necessidade de reforço e/ou implementação de novas respostas no âmbito do CAA sempre que estejam reunidos, de forma fundamentada, pelo menos dois dos critérios abaixo descritos, sustentados por evidências concretas e atualizadas:

- Necessidade persistente de apoio especializado não superada com medidas universais ou seletivas.
- Redução significativa do envolvimento escolar, associada a fatores de aprendizagem, emocionais ou sociais.
- Desempenho escolar ou desenvolvimento global significativamente abaixo das expectativas, com base em evidências pedagógicas contextualizadas, apesar da implementação de medidas diferenciadas.
- Dificuldades de autonomia, participação ou comunicação que comprometam a integração plena do aluno nas atividades escolares.
- Manifestações emocionais ou comportamentais que exijam intervenção estruturada, planificada e monitorizada.
- Situações de transição (educativa, vocacional ou social) que exijam respostas articuladas e intensivas, devidamente planificadas.

BLOCO III – VIABILIDADE E ADEQUAÇÃO DAS RESPOSTAS NO ÂMBITO DO CAA

A decisão da EMAEI deverá igualmente considerar a viabilidade e adequação das respostas no âmbito do CAA, com base nos seguintes critérios:

- O CAA dispõe de recursos humanos, físicos e materiais adequados para responder eficazmente ao perfil funcional do aluno.
- Foi delineado um plano de intervenção individualizado, com objetivos claros, calendarização, responsáveis definidos e compromisso partilhado entre os intervenientes.
- A resposta será complementar e articulada com as restantes medidas em vigor (curriculares, educativas e psicossociais).
- Foi estabelecido um sistema de monitorização regular e partilhada dos progressos, com possibilidade de revisão da decisão.

Nota de Enquadramento Final dos Anexos

Estes anexos integram-se numa lógica sequencial e articulada de apoio técnico à decisão educativa. A sua aplicação deve ser orientada por uma reflexão colaborativa e crítica, respeitando a autonomia profissional e a responsabilidade técnica da EMAEI. A sua adaptação à realidade de cada agrupamento/escola é desejável, desde que se mantenha o compromisso com a qualidade, a equidade e a fundamentação das decisões.

6. Nota Final – Fundamentos, autoria e compromisso ético

Este guia foi concebido no âmbito do Projeto Comunidade de Aprendizagem – EMAEI Cascais, coordenado e mediado por Fernando Elias, com base numa abordagem metodológica colaborativa, tecnicamente fundamentada e enraizada nas práticas reais dos agrupamentos/escolas públicas portuguesas.

A sua construção resultou de um trabalho que integrou:

- Uma análise aprofundada do quadro legal em vigor, nomeadamente do Decreto-Lei n.º 54/2018, de 6 de julho, relativo à Educação Inclusiva;
- A sistematização de práticas educativas e experiências técnicas desenvolvidas por Equipas Multidisciplinares de Apoio à Educação Inclusiva (EMAEI), em diferentes agrupamentos/escolas do território nacional.

Algumas secções deste documento foram livremente inspiradas em modelos, orientações e práticas de referência nacional, tendo sido cuidadosamente adaptadas à realidade operacional do Centro de Apoio à Aprendizagem (CAA), com respeito pela originalidade dos contributos e pela ética profissional que orienta o trabalho educativo e inclusivo.

Este guia pretende, assim, ser um instrumento útil, ético e transformador, contribuindo para uma Educação Inclusiva mais justa, eficaz, coerente e humanizada, ao serviço de todos os alunos e das comunidades educativas.